

ARTIGOS

Inteligente, Dissimulado ou Perverso? O cacique Doble na visão das autoridades provinciais sul-rio-grandenses (Século XIX)

*Ana Lucia Vulfe Nötzold**
*Sandor Fernando Bringmann***

Resumo

Neste artigo buscamos desenvolver uma discussão acerca do contato entre os Kaingang e a sociedade nacional, aproximando questões referentes à transformação cultural e à identidade territorial, através de um estudo de caso sobre as ações do indígena cacique Doble. Este líder Kaingang viveu na região nordeste do Rio Grande do Sul, em meados do século XIX e desempenhou importante papel de mediador/negociador frente às autoridades provinciais e colonizadores, em momento de intensa ocupação das terras sul-rio-grandenses por levas de colonos nacionais e europeus. Como consequência destes fatos, discursos ambíguos acabaram sendo produzidos. Para descobrir o conteúdo destas narrativas, desenvolvemos a análise nas fontes documentais primárias (relatórios, ofícios e cartas) presentes nos Arquivos Histórico e Público de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul e também em fontes secundárias, representadas por relatórios e apontamentos de indivíduos que viveram ou presenciaram este momento.

Palavras-chave: Kaingang. Rio Grande do Sul. Liderança. Negociação.

Introdução

A proposta deste artigo consiste em desenvolver uma investigação histórica sobre percepção das autoridades provinciais do Rio Grande do Sul, sobre os modos de proceder de um cacique Kaingang, bastante influente entre os indígenas e os agentes da sociedade nacional, em um contexto histórico de intenso debate sobre o que fazer com os indígenas contatados a partir da intensificação da colonização europeia, qual seja, Rio Grande do Sul em meados do século XIX. Trata-se do caso do cacique Yutoahê, conhecido entre os não-indígenas por cacique Doble, que agiu como uma espécie de “anti-herói” frente aos agentes do contato intercultural, ora colaborando com seus preceitos progressistas através da prestação de serviços, ora ameaçando o projeto colonialista, com insurgências e violências perpetradas contra outros indígenas e também contra os representantes do avanço colonialista.

Para fundamentar nossa pesquisa documental, buscamos um diálogo com a perspectiva histórico-antropológica, por acreditar que através deste suporte teórico é possível realizar uma abordagem na qual o contato entre as culturas não seja visto de forma estanque, como se existissem dois blocos distintos, um impondo esquemas culturais e o outro absorvendo; um sendo destruído e o outro mantendo sua tradição imutável (ALMEIDA, 2003; SCWARKZ, 2005). Sendo assim, propomos lançar um olhar para a resistência dita “surda”, implícita no cotidiano dos grupos sociais, neste caso, representada por ações específicas do cacique Doble, envolvendo as negociações, a subversão, as ameaças e outras formas simbólicas, capazes de impor sua própria percepção do momento e do processo que estavam vivendo.

Os Kaingang e seus líderes

Ao pesquisarmos sobre o aspecto em que se configuraram as formas de agir, pensar e resistir dos Kaingang, precisamos

orientar nossas análises para a desvitimização do indígena, para, dessa forma, “recuperar o sujeito histórico que agia de acordo com a sua leitura do mundo ao seu redor, leitura esta informada tanto pelos códigos culturais de sua sociedade como pela percepção e interpretação dos eventos que se desenrolaram” (MONTEIRO, 1999, pp. 189-190). Destarte, a relação interétnica pode ser estudada de forma bilateral, sem reprodução dos velhos conceitos concernentes à aculturação e à integração dos povos indígenas, aceitos e usados por longa data, tanto no campo da História quanto pela Antropologia.

Concordamos que a análise das relações interétnicas torna-se, em determinadas circunstâncias, extremamente complexa, tendo em vista os sentidos que alcança a expressão “grupo étnico” nos vários contextos mundiais. Analisando o contexto antropológico inerente ao conceito de grupos étnicos, Fredrick Barth apontou os quatro consensos mais comuns para referenciá-los. Quais sejam: a) populações que se perpetuam biologicamente de modo amplo; b) compartilham valores culturais fundamentais; c) constituem um campo de comunicação e interação, e d) possuem um grupo de membros que se identifica e é identificado por outros (BARTH, 1998, pp. 189-190).

A identificação étnica, como observa John Rex, acontece no campo das diferenças culturais, na constituição de laços sociais entre os que partilham uma cultura. Existem teorias sobre a etnicidade, porque, ao estudar grupos étnicos, a mesma não pode ser ignorada, por ser fundamental para compreender a constituição das sociedades (REX, 1996, pp. 284-286). Um destes valores, com importância fundamental no fenômeno das fronteiras étnicas, é a afirmação das identidades, marcadas, sobretudo, pelo simbolismo das relações. “A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído.” (WOODWARD, 2000. p. 14).

Referente ao nosso estudo, percebemos o quanto essa relação atingiu o seio da sociedade Kaingang em um momento crucial de

sua história, no qual os novos elementos sociais, culturais e econômicos adquiridos pelo contato com a sociedade nacional, agiram na resignificação de muitos dos hábitos e costumes tradicionais destes indígenas. O cacique Doble, através de lógicas diferentes, ora de negociação, ora de manipulação, manteve posições virtualmente contraditórias. Apoiava as ações conflitivas com a sociedade nacional em momentos em que se via ameaçado dentro de seu próprio grupo étnico. Ao mesmo tempo, buscava manter relações de aliança com os mesmos, em momentos que os interesses indígenas eram colocados em segundo plano, para atender aos seus interesses pessoais. A intensidade e as motivações destas relações devem ser compreendidas no contexto das conjunturas históricas que geraram formas diversas de exploração e pressão sobre as populações indígenas.

Para compreender melhor a relação entre líderes indígenas e subordinados, tornam-se necessárias algumas observações acerca de sua organização social. Entre os pesquisadores da temática, há praticamente um consenso em afirmar que na relação dos Kaingang com seus líderes havia uma forte ligação, a ponto de dificultar sobremaneira as tentativas de atração e civilização, não somente pelos missionários jesuítas, mas igualmente pelas autoridades políticas e policiais. Por isso, ao longo do século XIX, inúmeras foram as tentativas de anular a ação dos líderes frente aos seus comandados.

Luiz Fernando Laroque (2000) evidenciou muito bem a relação das lideranças Kaingang com seus subordinados e a divisão do poder entre os integrantes das tribos e subtribos que compuseram o espectro social destes indígenas durante praticamente todo o século XIX. Laroque, apoiando-se em trabalhos de linguistas e antropólogos, entre os quais Juracilda Veiga e Herbert Baldus, destaca que o esquema segmentário tribal dos Kaingang, possuía em seu setor inicial a presença de várias famílias, as quais, reunidas, compunham as diversas subtribos. Cada uma delas contava com um chefe subordinado como

representante, denominado Pay. A combinação destas subtribos formava as várias tribos, que eram lideradas por um cacique principal, conhecido por Pay-Bang (LAROQUE, 2000, p. 82).

Durante o século XIX, na então província do Rio Grande do Sul, vários foram os líderes Kaingang que se destacaram no campo das negociações, a ponto de aparecerem frequentemente nos relatórios dos presidentes provinciais. Ganharam destaque também pela resistência imposta à invasão de seu território e aos aldeamentos, como no caso do cacique Nicué; pelo colaboracionismo com as autoridades provinciais, dos quais destacamos Victorino Condá, Nonoai, Fongue¹ entre outros, ou ainda, pelo duplo papel exercido, ora de colaboracionismo, ora de reação contra as ordens das autoridades, como no caso do cacique Doble.

Poderíamos dizer que, em determinados momentos, todos os caciques fizeram esse jogo duplo, ora colaborando com os missionários e autoridades, ora resistindo e confrontando as ordens dos mesmos. Sobre estas relações as informações são fartas, entretanto, dada a limitação temática de nosso trabalho e tendo em vista a existência do trabalho de Laroque, que aborda exaustivamente estas questões, procuramos, neste momento, dar destaque especial à atuação do cacique Doble.

As estratégias do cacique Doble

Conhecido entre os indígenas como Yu-toahê, o cacique Doble tem sua trajetória delineada através de anotações feitas pelo engenheiro belga Pierre Alphonse Mabilde.² Os apontamentos do engenheiro indicam que o cacique Doble ganha destaque no final da década de 1830, logo após a ocorrência de um assalto a tropeiros, na estrada que ligava os Campos do Meio aos Campos de Passo Fundo na então província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Este ataque, vinculado à ação de “índios selvagens”, resultou na morte de dois tropeiros e um escravo (MABILDE, 1983, p. 159). Os indígenas que efetuaram o assalto seriam liderados pelo cacique Braga.

Nesta época, Doble era um cacique subordinado ao Pay-Bang Braga e, como se encontrava descontente com sua situação inferior, ambicionou desbancar o cacique principal. De acordo com Mabilde, Doble planejou uma traição contra Braga durante as comemorações do saque obtido no ataque citado. Entretanto, as coisas não ocorrem da forma planejada e o cacique Doble, ao invés de surpreender, acabou surpreendido pela reação dos antigos companheiros. Depois de uma violenta luta entre os seguidores de Braga e Doble, na qual teriam ocorrido muitas mortes, principalmente entre os integrantes do grupo do cacique Doble, este foge para as matas, onde permanece por um bom tempo com o que sobrou de sua gente (MABILDE, 1983, p. 160).

Após a tentativa frustrada de assumir o comando dos indígenas seguidores do cacique Braga, o cacique Doble e os seus seguidores restantes acabam sendo forçados a mudar constantemente de lugar, tendo em vista que o Cacique Braga passou a persegui-los constantemente pelas matas (PRÉZIA, 1994, p. 65). Doble parece ter vivido uma situação de extrema instabilidade e pressão, poi, ao decidir romper com Braga, colocou a si e a seu grupo em uma situação de perambulação e exposição aos outros grupos rivais, como destaca Benedito Prézia:

Com um grupo reduzido, retirou-se para a margem direita do rio Uruguai, tendo que enfrentar a oposição de outras facções Kaingang, inimigas de Braga e que por sua vez o viam como inimigo, pois acreditavam que ainda pertencesse ao antigo grupo. Assim, Doble viu-se encurralado: de um lado pelos homens de Braga, de outro, pelo povo de Nhancuiá e de outro, finalmente, pelos Xokleng, tradicionais inimigos dos Kaingang. (PREZIA, 1994, p. 69)

Nesse tempo em que ficou perambulando pelos sertões, é provável que Doble tenha aceitado e mantido o contato pacífico com os fazendeiros e tropeiros que circulavam pela região do Campo do Meio. Neste contato, procurou aproveitar os benefícios de uma boa relação com os fazendeiros e autoridades policiais, buscando

angariar certo prestígio com as autoridades políticas da capital. Ao adotar a lógica das negociações, Doble deve ter percebido que conseguiria vantagens para si e seus comandados, caso procurasse a proteção do governo com seu pequeno grupo. Dessa forma, evitava ainda a diminuição cada vez maior de seguidores, que freqüentemente fugiam para juntar-se a grupos maiores, como os dos caciques Nonoai, Condá e do próprio Braga.

Em 1848, o cacique Doble parece ter cedido aos apelos das autoridades para que se aldeasse com sua gente em um dos aldeamentos provinciais.³ Em maio daquele ano, o Diretor Geral dos Índios, José Joaquim de Andrade Neves, recebe um ofício do Sub-Delegado de Passo Fundo, Joaquim Fagundes dos Reis, no qual este último revela que um fazendeiro chamado Manoel José de Quadros embrenhou-se nas matas da região do Rio Taquari, “e conseguiu que os caciques Nicofé, Chico, Maneco e Dobre fossem com suas hordas e acompanhassem com o deznignio de aldearem-se no Campo delle Quadros; e assim estão praticando” (OFÍCIO, 19-05-1848).

Ao adotar esta estratégia, o cacique Doble consegue, de certa maneira, iludir as autoridades da província, obtendo, assim, muitos benefícios materiais e inclusive monetários. O cacique, porém, impôs uma condição para seu aldeamento: a de que ora se fixariam no Pontão, ora no Campo do Meio. Como o Diretor não via outra saída, aceitou sua proposta. Esta barganha de Doble permitiu com que ele e seus seguidores continuassem vagando pelas matas, praticando suas correrias nas colônias, nas fazendas e contra grupos inimigos, principalmente contra aqueles que se estabeleciam nos aldeamentos. Além disso, como a política do governo estava voltada nesse momento para a assimilação pacífica dos grupos indígenas ainda “selvagens”, poderia tirar vantagens reais dessa situação. Quanto ao teor destas vantagens, Laroque reitera que:

A tribo do Cacique Doble [...] tinha feito um tratado de assistência com o governo e servia de certo modo para proteção contra tribos inteiramente selvagens. Por esse motivo, vinham muitas vezes à capital onde eram

presenteados com roupas, fazendas, utensílios culinários e instrumentos agrícolas. (LAROQUE, 2000. p. 137.)

Identificamos nessa relação com o governo provincial um escopo fundamentalmente oportunista do cacique Doble, por buscar tirar proveito dos projetos socioeconômicos da sociedade envolvente. Dentro deste sistema de relações, muitas vezes, ao invés de enfrentar a dominação através da força, do protesto, foi preciso abrir caminhos diferentes, disfarçados de acomodação, obediência e colaboração para coligar aos símbolos dos não-indígenas, novos significados criados a partir de sua representação do mundo.

A estratégia de Doble, entretanto, não passou incólume aos olhos de Mabilde, que percebeu os objetivos da “jogada” do cacique. É importante salientar, porém, que Mabilde possuía uma visão negativa preconcebida do cacique e, por isso, atentou exclusivamente aos aspectos depreciativos a respeito deste cacique. São recorrentes no texto do engenheiro, expressões como: “dissimulado”, “perverso”, “traidor”, “sardônico”, entre outras atribuições, que contribuem para uma visão baseada em juízos de valor, muitas vezes reproduzidos sem a devida análise crítica. Vejamos um trecho em que o autor discorre sobre as características da personalidade do cacique Doble:

De todos os caciques que até hoje se aldearam, era o cacique Doble um dos mais inteligentes, mais simulado e o mais perverso. Foi o único cacique que pelo seu caráter falso e simulado, soube iludir a todos os presidentes da província – dos quais soube granjear simpatia e uma confiança que nunca mereceu, e da qual abusou da maneira mais infame. (MABILDE, 1983, p. 166.).

Para tentar entender os motivos destas afirmativas severas de Mabilde, buscamos pesquisar um pouco mais a fundo o comportamento do cacique Doble após o aldeamento e a sua relação com o governo da província. Primeiramente, analisaremos as contribuições do cacique para as perseguições dos indígenas praticantes das “correrias”.⁴

Mario Gardelin indica que a utilização dos serviços do cacique Doble pela primeira vez se deu na perseguição do grupo do cacique Nicué, quando do assalto e sequestro da família de Mariano Pimentel em 1851.⁵ A ideia de utilizar Doble e sua gente na perseguição teria partido do próprio Pimentel, que, sabendo da inimizade entre os dois caciques e o conhecimento de Doble sobre a região, lançou mão dos serviços do cacique. Este, atuando como comandante do grupo de resgate, alcançou o grupo na encosta do rio das Antas, conseguindo resgatar os prisioneiros, mas sem pôr a efeito a captura de Nicué (GARDELIN, apud LAROQUE, 2000, p. 137).

Os “serviços” do cacique Doble foram então novamente solicitados logo após outro ataque do cacique Nicué, desta vez na colônia alemã do Mundo Novo. Trata-se do caso da morte do colono alemão Pedro Watenpuhl e o sequestro de sua família pelos indígenas.⁶ Interessa-nos neste momento a participação do cacique Doble na perseguição dos indígenas acusados do crime. Segundo Erni Engelmann, após o acontecido, os sequestradores teriam se embrenhado nas matas com suas vítimas, sem deixar nenhuma pista sobre seu paradeiro. As diligências compostas por forças do governo fracassaram em todas as tentativas de encontrar Nicué e seus seguidores. (ENGELMANN, 2004. pp. 313-315).

O governo provincial levou a questão muito a sério, pois as denúncias de crimes cometidos por indígenas supostamente comandados pelo cacique Nicué se multiplicavam. Conforme destaca Gardelin e Costa (1993), era grande o número de crimes cometidos pelo grupo de João Grande, tanto na região de Vacaria quanto nas Colônias. O Governo estava empenhadíssimo em capturá-lo, a fim de pôr fim aos seus roubos e assaltos (GARDELIN; COSTA, 1993, p. 49).

Incumbido de acompanhar o Capitão Francisco Mueller, inspetor da localidade de Mundo Novo, Doble acaba recebendo carta branca para proceder da maneira que considerasse conveniente para encontrar os fugitivos. Conhecedor daquelas paragens, não foi muito difícil para o cacique encontrar logo o acam-

pamento do cacique Nicué. O resultado da busca foi a libertação dos prisioneiros e a morte de Nicué e vários de seus subordinados.

Frente ao sucesso dessa nova missão, Doble angariaria ainda mais admiração, principalmente do presidente da província, que enaltece seus bons serviços quando o recebeu em Porto Alegre, juntamente com as pessoas libertadas. Segundo Gardelin e Costa, nesse episódio, “o cacique exibiu uma orelha de João Grande, curtida pelo tempo” (1993, p. 50). Este pormenor chama a atenção pelo simbolismo que ele representa. Tornou-se prática comum entre os bugreiros⁷ apresentar as orelhas de suas vítimas quando voltavam de suas “caçadas”. Inclusive, muitos deles recebiam seus soldos de acordo com a quantidade de orelhas que apresentavam aos “patrocinadores”.

Neste momento, Doble já colhia os louros da sua fama. Tanto que, o próprio presidente Sinimbu refere-se ao importante trabalho do cacique e sua gente na perseguição dos raptadores da família Watenpuhl. Sinimbu pede que seja dada atenção especial para a instalação do cacique Doble e sua gente nos campos de Vacaria, pois...

[...] reconhecendo alem disto esta Presidencia o serviço importante que a Província, e especialmente á aquelle Termo acaba de prestar o mesmo cacique e sua tribu derrotando o grupo de malfeitores que sob a direcção do Índio João Grande, e um escravo fugido cujo nome se ignora, se havia tornado temível n’aquelles lugares aos quaes matou em combate, resgatando toda a família allemã da Colônia do Mundo Novo, que por aquelles criminosos havia sido raptada, e a mais de um anno com elles vivia nas matas na mais abgesta escravidão...(OFÍCIO 19-03-1853).

Havia neste período, uma proposta do governo provincial de reunir todas as tribos Kaingang no Aldeamento de Nonoai. Entretanto, o cacique Doble se nega a aldear-se em Nonoai e seu grupo continua vagando pelos campos de Vacaria, sob o pretexto de que habitariam ora no Campo do Meio, ora no Pontão.

O presidente Sinimbu já parece temer que a situação se agrave, por isso insiste com que o cacique Doble e a sua gente sejam aldeados

o quanto antes. Porém, o aldeamento parece não acontecer conforme sua ideia, pois, “ainda não se pôde conseguir que a tribo de Doble, que vaga nos campos de Vaccaria, [...] fosse removida para o aldeamento central de Nonohay, como muito convém.” (RELATÓRIO 30-06-1855, p. 19). A lógica do cacique Doble parece bastante clara, pois, sua permanência nos Campos do Pontão trazia inúmeros benefícios para si, entre os quais merece destaque o fato de ficar mais próximo das áreas habitadas, sejam colônias ou fazendas, podendo prestar seus “serviços” a quem pagasse por eles. Por outro lado, e aí entramos no caráter oportunista do cacique, estas áreas muitas vezes isoladas, se tornavam alvos em potencial para os saques.

O governo provincial decide então mudar de estratégia. O Aldeamento do Pontão, criado nos Campos de Vacaria por ordem do presidente Patrício Correa da Camara em 1856, teve sua fundação ligada intimamente às tentativas de aldeamento do cacique Doble, tendo em vista, como já relatado, o fato de que este se negava a aldear-se em Nonoai. Contudo, nem assim o governo consegue tirar o cacique da vida errante, pois, como destaca o presidente: “Tendo-se tentado reunir alli os Indios da tribo do Capitão Doble, não foi possível consegui-lo.” (RELATÓRIO 11-10-1857, p. 26).

Uma vez mais, cabe atentar para os escritos de Mabilde, um dos que mais insistia na tomada de atitude das autoridades sobre a questão do cacique Doble. O engenheiro continuava denunciando através de seus apontamentos as artimanhas do cacique, entre as quais, destaca uma de suas correrias:

Em 16 de maio de 1855, achava-me, com seis camaradas, nas matas sobre a vertente setentrional do arroio Foromeco. Uns moradores da margem direita do mesmo arroio – distante, mais ou menos, três quartos de légua do lugar onde me encontrava com minha gente, em marcha para o sertão – vieram, pelas dez horas da manhã encontrar-se comigo. Pediam-me, insistentemente, que voltasse atrás, para o lugar de suas moradias, porque os bugres (nome que geralmente dão aos selvagens), na madrugada daquele dia tinham cercado o rancho de um falquejador, de nome José Antônio de Carvalho, e não o tinham incendiado, conforme tentaram fazer,

porque Carvalho tinha em sua companhia quatro companheiros bem armados. Saíram do rancho, no momento em que os selvagens pretendiam atear fogo nele e, atirando de espingarda, mataram um e feriram vários dos que rodeavam o rancho, obrigando-os a fugir para a mata que distava dali umas cento e cinquenta braças. (MABILDE, 1983, pp. 197-168).

Frente a esse relato, Mabilde segue em direção ao dito rancho com nove homens fortemente armados. Lá, recebe a informação de que os indígenas fugiram em direção ao Rio das Antas, para onde segue no encalço dos agressores. Depois de quase um dia inteiro de perseguição, Mabilde e seu grupo encontram os indígenas, como revela o engenheiro: “[...] ao subirmos um pequeno morro, da chapada do mesmo, avistamos, sentados de cócoras, ao redor de um pequeno fogo, vinte selvagens, inclusive o cacique Doble que os capitaneava.” (MABILDE, 1983). Na seqüência do relato, Mabilde afirma que o cacique, ao perceber as intenções de prendê-lo, foge para as matas com seu grupo, sendo impossível capturá-lo.

Não há referência sobre o que Mabilde estivesse fazendo nas imediações do Arroio Forromeco, a uma distância considerável de São Leopoldo, onde, por essa época, exercia o cargo de vereador.⁸ O que se torna explícito é que depois de encontrar o cacique Doble, Mabilde ficou determinado a prendê-lo, como indica mais um trecho de seu relato:

Meu empenho era de aprisionar, ao menos, o cacique Doble e conduzi-lo preso e no estado em que andava na mata, até Porto Alegre, levando-o até à presença do Presidente da Província onde, um mês antes, este cacique tinha estado, fardado com galões de capitão. Este seria o único meio de enganar as autoridades a que, por várias vezes, dei conhecimento das correrias que o perverso Cacique Doble praticava, depois de aldeado, circunstância esta que lhe parecia impossível, pela confiança que aquele cacique lhes inspirava. (MABILDE, 1983, p. 171).

Percebe-se neste excerto a tentativa de Mabilde de desmascarar o cacique frente às autoridades da província. Infelizmente, não sabemos até que ponto seu objetivo deu resultado, pois, ao investi-

gar os relatórios dos presidentes de província, não encontramos nenhuma referência que sugerisse a aceitação ou negação das denúncias do engenheiro Mabilde sobre o cacique Doble.

No ano de 1855 acontecem os assassinatos de Joaquim Macedo, um filho e um genro, mais um empregado, residentes nos campos do Portella no distrito de Passo Fundo, região próxima ao Aldeamento de Nonoai (RELATÓRIO 26-09-1855, pp. 6-7), por indígenas supostamente comandados pelos caciques Nicué e Nicafim. Não há indicação sobre a participação do cacique Doble nestes atos. Para o ano de 1856, também não há referências sobre atitudes hostis do cacique Doble. Parece acontecer justamente o contrário, como aponta o relatório de 28 de abril de 1856, do presidente Barão de Muritiba: “O cacique Doble continua pois a manter-se com sua tribo nos campos do Pontão, do município de Vacaria, entretendo relações pacíficas com as autoridades, e com os moradores visinhos, e insiste com os seus para não mudarem de habitação.” (RELATÓRIO 28-04-1856, p. 26).

O governo provincial parecia já aceitar a continuidade do cacique na região dos campos de Vacaria e passou a planejar um novo aldeamento no local. Entretanto, o então diretor de Nonoai, Padre Antonio de Almeida Leite Penteadado, prevendo as dificuldades com relação à catequese naquela região, mostrou-se contrário ao aldeamento do cacique Doble naquelas bandas, pois, como conhecedor dos “hábitos da indiada” (OFÍCIO 18-03-1856), julgava que o esforço e os gastos com o mesmo seriam improfícuos. O padre Penteadado sugere que se insista na ida dos índios daquela região para Nonoai, como revela em ofício para o presidente da província:

Não convém por modo algú Exmo Sr. o aldeamento do Doble na Vacaria, ou campo do meio; este passo nada mais comporta que embaraços à cathequese, mais ônus aos cofres públicos com Director, Capelão e força, o que tudo só pode resultar em benefício de interesses particulares contra as conveniências publicas: creio que há interessados por este novo aldeamento. Fallei ao Doble a este respeito, fis continencias com o Prudente, e o vi bem disposto a hir

para Nonohay. De mais Exm^o Snr., essa indiada está tão viciada como esta do Nicaphyn, que tantos malles tem feito. (OFICIO 18-03-1856).

Percebe-se no discurso do Padre Penteado, um teor acusativo, assim como nos apontamentos de Mabilde, principalmente com relação aos aliciamentos feitos por “interessados” na permanência dos índios nos Campos de Vacaria. Julgava ele que muitos fazendeiros estavam aliciando os indígenas para trabalharem nos seus campos, ou expulsarem possíveis posseiros que invadiam suas fazendas, além de prestarem outros serviços a troco de bebida e alimentos.

As lamentações do Padre Penteado parecem não ter surtido o efeito esperado, pois encontramos informações sobre o aldeamento do cacique Doble naquela região em 1858. Falando sobre a criação de uma colônia militar no distrito de Lagoa Vermelha, para a proteção da população dos arredores, o presidente Angelo Moniz da Silva Ferraz refere-se à criação de um aldeamento na localidade denominada Mato Português. Para lá, no mês de agosto de 1858, teriam sido enviados “182 indígenas de ambos os sexos e de diferentes idades, da tribo – Doble – para fundar o Aldeamento de Santa Izabel...” (RELATÓRIO 05-11-1858, p. 29).

Ironicamente, é a partir deste momento que as autoridades da província passam a ter indicações mais concretas sobre a participação do cacique Doble nas investidas contra as fazendas e os lotes coloniais. Segundo o relatório do conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, então ocupando o cargo de presidente da província, haviam muitos problemas com os aldeamentos indígenas, principalmente em Santa Izabel, onde recentemente se havia aldeado o cacique Doble com seus comandados. Segundo Fernandes Leão, “os Índios deste Aldeamento tem vivido quase que sobre si, sahindo do Aldeamento sem licença, á título de irem á caça, porem andando em correrias” (RELATÓRIO 05-11-1860, p. 36).

Instado a dar explicações sobre as denúncias de violências e depredações cometidas pelos indígenas que se encontravam sob

sua direção, o Diretor do Aldeamento de Pontão, Alberto Marques, declara que: “apenas me consta terem elles commettido alguns furtos de mantimentos, ferramentas e vestimentas, das lavouras e de alguas cazas em auzencia dos proprietarios sem que tenha percebido violência.” (OFÍCIO 10-07-1858). Estes pequenos delitos eram muitas vezes acobertados pelos diretores, para não por em risco a permanência de seus cargos e, também, para não prejudicar a relação com os líderes indígenas, que, como Doble, serviam como importantes colaboradores para o aldeamento de outros grupos ainda resistentes.

O relatório provincial de 1862 indica que, ao extinguir o aldeamento de Santa Izabel, as autoridades pretendiam novamente que os chefes indígenas se encaminhassem para Nonoai. Porém, a tentativa não alcança sucesso e o cacique Doble, juntamente com outros chefes, acaba por ser instalado na Colônia Militar de Caseros. O relatório destaca ainda que:

Tendo vindo a esta capital alguns d’aquelles Caciques, não foi possível convencil-os da conveniência de se transferirem ao aldeamento de Nonohay; o que talvez mais tarde se consiga. [...] Segundo as informações que ultimamente tenho tido dos vícios d’aquelles chefes, parece que são perdidos os esforços e despezas que se tem feito para lhes introduzir o gosto da vida social. Aproveitar a nova geração e educa-la fora da influencia desses chefes, será talvez o meio mais proficuo. (RELATÓRIO 01-09-1862, pp. 39-40).

É neste momento que começa a ser tramado o destino do cacique Doble e de outros líderes indígenas. Após as várias denúncias sobre o jogo duplo do cacique, sua influência entre as autoridades começa a se desgastar e seus atos já não podem mais ser ignorados como antes. Doble ainda prestava alguns serviços para a província, mas sua importância já não era fundamental para os objetivos do governo. Pensava-se agora em eliminar sua influência frente às novas gerações.

A última referência sobre o cacique Doble consta do ano de 1864, advinda do testemunho pessoal de Reinaldo Hensel, que o

conheceu quando o cacique foi à capital para receber o pagamento por mais uma prestação de serviço ao governo. De acordo com Hensel:

No anno de 1864, tive pela primeira vez a oportunidade de ver em Porto Alegre pessoalmente os índios da Colônia Militar Monte Caseros. O seu cacique Doble, devido aos serviços por elle prestados havia merecido do Governo a nomeação de brigadeiro e tinha vindo á capital com uma parte de sua gente e com um transporte de cerca de trinta coroados selvagens, afim de vir receber do Governo uma recompensa especial por esta importante captura. Este cacique era um homem muito intelligente e especialmente experto, ao qual seria muito fácil tirar do matto todos os coroados selvagens, e só o índio domado está aqui apto a apoderar-se do selvagem, porem, elle, pelo mínimo serviço exigia alto pagamento e não se apurava muito na captura de seus colegas de tribu ainda selvagens, afim de não haver baixa no preço do artigo, assim elle se mantinha constantemente indispensável. (HENSEL, 1928, p. 69).

A tal “recompensa especial” constituía-se de roupas, ferramentas e alimentos, produtos trocados pelos serviços prestados pelos indígenas. Esta seria a última vez que o cacique iria à capital. Hensel afirma que durante a sua permanência em Porto Alegre, Doble e sua gente foram contaminados pelo vírus da varíola, que se manifestou quando retornaram ao aldeamento, causando muitas mortes entre os indígenas, inclusive a do próprio cacique (HENSEL, 1928). O que Hensel não destaca em seu texto é o fato de que os indígenas foram “presenteados” com roupas infectadas de soldados mortos por varíola (LAROQUE, 2000, p. 141), uma medida proposital e derradeira para acabar de vez com a controversa atuação de Doble.

Considerações Finais

Refletindo sobre a lógica de negociação-colaboração do cacique Doble, podemos tentar compreender sua forma de pensar e agir como um ato de resistência e também como uma forma de sobrevivência. Também podemos anuir que sua prática foi recorrente entre outros líderes de diferentes grupos indígenas. Sendo assim, compreendemo-las enquanto construções socioculturais,

frequentes em situações de contatos interculturais, sobretudo quando forças externas, mais poderosas e desmobilizadoras, atuam com intenções ameaçadoras à hegemonia das lideranças.

Esta perspectiva implica superar a visão homogeneizante e estereotipada muitas vezes predominantes nas narrativas históricas, em que os indígenas atuam predominantemente pelo impulso, pelo desejo selvagem de vendetta, dando-lhe outro significado. Trata-se de compreendê-lo na sua diferença, enquanto indivíduos que possuem uma historicidade, com visões de mundo, escalas de valores, sentimentos, emoções, desejos, projetos, com lógicas de comportamentos e hábitos que lhe são próprios. Estes sujeitos experimentam suas situações e relações socioculturais como necessidades, interesses e antagonismos e elaboram essa experiência em sua consciência e cultura, agindo de forma a construir sua história sob o seu próprio ponto de vista (THOMPSON, 1987, p. 81).

Há diferentes interpretações da história do Cacique Doble, a nossa, conscientemente é apenas mais uma. O que pretendemos com nosso estudo sobre a vida desse cacique é atentar para a interpretação dos indícios disponíveis, tendo em vista que muitos deles apresentam como finalidade principal a associação de valores a certos personagens, ignorando a existência de outros. Não objetivamos com esta narrativa da trajetória do cacique Doble contribuir para uma história criadora de mitos e heróis, pelo contrário, destacamos exatamente esta história de vida, buscando contribuir para a divulgação de sujeitos perseguidos, quando não ignorados, pela história dita oficial.

Notas

* Doutora em História pela Universidade de Poitiers – França, Professora Associada II do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina e Coordenadora do Laboratório de História Indígena – LABHIN/UFSC.

** Graduado em História pela Universidade Federal de Santa Maria – RS e Mestrando em História Cultural no Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Atua como

pesquisador no Projeto de Observatório da Educação Escolar Indígena da UFSC/MEC, com bolsa Capes/MEC.

¹ Para mais informações e detalhamentos sobre a atuação destes indígenas, consultar: LAROQUE, Luís Fernando da Silva. Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889). São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2000.

² Pierre Alphonse Booth Mabilde foi um engenheiro belga, naturalizado brasileiro, que viveu longo tempo no Rio Grande do Sul (1833-1892), onde atuou como agrimensor na abertura de estradas e demarcação de colônias. Mabilde supostamente ficou preso durante dois anos entre os Kaingang da região nordeste do Rio Grande do Sul, quando teria escritos seus “Apontamentos sobre os Índios Selvagens da Nação Coroados dos Mattos da Província do Rio Grande do Sul”. A biografia de Alphonse Mabilde foi feita por duas bisnetas suas, May Mabilde Lague e Eivlys Mabilde Grant, que organizaram as anotações do bisavô e publicaram em 1978 o texto integral, que já havia sido publicado em 2 tomos, em 1897 e 1899, no Anuário do Estado do Rio Grande do Sul. Salientamos, também, que o termo Coroados utilizado por Mabilde para se referenciar aos indígenas, foi a denominação corrente neste período para designar os Kaingang. Mais adiante (p. 15-16) trataremos com mais detalhes sobre este aspecto. Adiantamos, porém, que utilizamos neste artigo o termo atual (Kaingang) para definir o grupo indígena pesquisado.

³ A política de aldeamento dos Kaingang na província do Rio Grande do Sul, obedecendo ao Decreto nº 426, foi implementada pelo governo provincial para evitar problemas com os indígenas que se encontravam dispersos pelas matas das regiões norte e nordeste da província. Neste sentido, em 1846 são implantados os primeiros núcleos voltados para a concentração dos indígenas. Entre os principais, mais presentes nos documentos e significantes para nossa pesquisa estão as aldeias de Nonoai e Guarita, no extremo noroeste do RS, Pontão e Campo do Meio, na região dos campos de Vacaria.

⁴ O termo “correrias” aparece na documentação para designar os atos hostis dos indígenas de várias partes do Brasil no momento em que estes impõem resistência ao invasor. No caso estudado por nós, designa principalmente os ataques dos Kaingang às fazendas e aos lotes coloniais dos imigrantes europeus.

⁵ Trata-se dos ataques acontecidos nos Campos de Vacaria, às residências das Famílias Pimentel e Vargas, nas quais ocorreram sequestros e mortes de várias pessoas, segundo consta em relatório enviado pela Câmara Municipal de Vacaria para o Presidente da Província: “No dia 5 do mês passado, saiu um pequeno numero de bugres do mato denominado Turvo e bateram às casas de João Mariano Pimentel e Bernardino Fialho de Vargas. Na primeira mataram um irmão do dono da casa, um filho, um sobrinho e duas escravas. Carregaram com três filhas e três filhos e uma escrava do dito Pimentel, sendo duas filhas já moças. Roubaram toda a casa e quebraram tudo. Na segunda, mataram a um primo do dono da casa e fizeram os mesmos estragos que na primeira, e na retirada para o mato foram aonde estavam cinco homens fabricando erva-mate e todos os mataram, com semelhante procedimento.” (RELATÓRIO 16-09-1851).

⁶ O caso da Família Watenpuhl tornou-se bastante notório quando Leopoldo Petry escreveu o livro “Maria Bugra”, no qual narra detalhadamente o caso acontecido no Mundo Novo. O título “Maria Bugra” faz referência à filha raptada de Pedro Watenpuhl, Maria Watenpuhl, que, depois de conviver durante muito tempo entre os Kaingang, já inspirava confiança entre os indígenas, a ponto de entrar e sair sozinha nas matas. Teria sido assim que, após um descuido das índias responsáveis por vigiá-la, teria fugido e conseguido avisar as autoridades sobre onde estavam localizados os indígenas com os raptados. O resgate só aconteceu 15 meses após o rapto, em uma emboscada efetuada pelo Capitão Francisco Miller, onde contou com o auxílio do cacique Doble.

⁷ Grupos de homens armados, criados para inibir toda e qualquer atitude agressiva dos índios aos lotes coloniais. Eram formados por batedores de mato experientes, muitas vezes, caboclos e mesmo índios, vindos de outras partes do Brasil onde já participaram de tarefa semelhante.

⁸ Mabilde exerceu nos anos de 1855, 1856, 1857 e 1859 o cargo de vereador na Câmara

Municipal de São Leopoldo, segundo a revista Estudos Leopoldenses nº 28 de 1974, p. 27.

Fontes

OFÍCIO 19-05-1848. Ofício do Sub-delegado de Polícia de Passo Fundo Joaquim Fagundes dos Reis para o Diretor Geral dos Índios J. J. Andrade Neves. Passo Fundo, 1848. AHRS. Arquivo Índios. Maço 3.

OFÍCIO 19-03-1853. Ofício do presidente da província João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu à Filipe José de Sousa. Porto Alegre, 1853. AHRS. Maço 3.

OFÍCIO 18-03-1856. Ofício do Diretor de Nonoai, padre Antonio de Almeida Leite Penteadado ao presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Barão de Muritiba. 1856. AHRS. Arquivo Índios. Maço 1.

OFÍCIO 10-07-1858. Ofício do Diretor do Aldeamento do Pontão, Alberto Marques, para o presidente da província Ângelo Muniz da Silva Ferraz. Lagoa Vermelha, 10 de Julho de 1858. AHRS. Arquivo Índios. Maço 2.

RELATÓRIO 16-09-1851. Relatório enviado pela Câmara Municipal de Vacaria ao Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Conde de Caxias. Apud: LAROQUE, op. cit, 2000, p. 67.

RELATÓRIO 30-06-1855. Relatório com que o Dr. João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu entregou a presidência da Província de São Pedro do rio Grande do Sul ao vice-presidente Luis Alves Leite de Oliveira Bello. Porto Alegre. Tip. do Mercantil. 1855.

RELATÓRIO 26-09-1855 – Relatório do Vice-Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves Leite de Oliveira Bello para o Presidente da Província Barão de Muritiba. Porto Alegre. Typ. Do Mercantil, 1855.

RELATÓRIO 28-04-1856. Relatório do Conselheiro Barão de Muritiba ao Presidente da Província General Jerônimo Francisco Coelho. Porto Alegre. Typografia do Mercantil. 1856.

RELATÓRIO 11-10-1857. Relatório do vice-presidente da província, Patrício Correa da Camara, na abertura da Assembleia Legislativa Provincial. Porto Alegre, Typ. do Mercantil, 1857.

RELATÓRIO 05-11-1858. Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1858. p. 29.

RELATÓRIO 05-11-1860. Relatório apresentado à Assembleia Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 1.a sessão da 9.a legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão. Porto Alegre, Typ. do Correio do Sul, 1860.

RELATÓRIO 01-09-1862. Relatório apresentando pelo presidente da província do Rio Grande do Sul, desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha, na 1.a sessão da 10.a legislatura da Assembleia Provincial. Porto Alegre, Typ. do Jornal A Ordem, 1862.

Referências

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Metamorfoses Indígenas:**

Identidade e cultura nas aldeias coloniais do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

ENGELMANN, Erni Guilherme (Coord.). **A saga dos alemães: do Hunsrück para Santa Maria do Mundo Novo**.v. 3. Igrejinha, 2004.

GARDELIN, M.; COSTA, R. Colônia Caxias: Origens. Porto Alegre: Edições EST, 1993.

HENSEL, Reinaldo. Os Coroados da Província brasileira do Rio Grande do Sul. **Revista do Museu e Arquivo Público do Rio Grande do Sul**, n. 20, jun., Porto Alegre, 1928.

LAROQUE, Luís Fernando da Silva. **Lideranças Kaingang no Brasil Meridional (1808-1889)**. São Leopoldo: Instituto Anchieta de Pesquisas, 2000.

MABILDE, Pierre A. Booth. **Apontamentos Sobre os Indígenas Selvagens da Nação Coroados dos Matos da Província do Rio Grande do Sul**. São Paulo: IBRASA;INL Fundação Nacional Pró-Memória, 1983.

MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: História e resistência dos índios. In: NOVAIS, Adauto (Org.). **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

PREZIA, Benedito. O colaboracionismo Kaingang: dos conflitos intertribais à integração à Sociedade Brasileira no século 19. In: LEITE, Arlindo Gilberto de O. (Org.). **Kaingang: confronto cultural e identidade étnica**. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 1994.

REX, John. Etnicidade. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE,

Tom. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX. Rio de Janeiro:** Jorge Zahar, 1996.

SCHWARCZ, Lília K. M. Questões de Fronteira: sobre uma antropologia da história. **Novos Estudos.** São Paulo, n.72. Jul. 2005.

THOMPSON, E. P. **Tradição, revolta e consciência de classe.** São Paulo: Cia das Letras, 1987.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença social: um introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença:** a perspectiva dos estudos culturais. 4 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

Abstract

In this article we seek to develop a discussion about the contact between Kaingang and national society, bringing issues of cultural transformation and local identity, through the study of a case: the indigene leader chief Doble. This Kaingang chief lived in northeastern Rio Grande do Sul, in the mid-nineteenth century and played an important role as a mediator/negotiator forward to the provincial authorities and settlers, in a moment of intense occupation of the land from Rio Grande do Sul by waves of national and european settlers. As a consequence of these facts, ambiguous speeches were eventually produced. To find the content of these narratives, we developed the analysis using primary source documents (reports, letters and cards), present in the History and Public Archives of Porto Alegre, Rio Grande do Sul and also on secondary sources, represented by notes and reports of individuals who lived or witnessed this moment.

Keywords: Kaingang. Rio Grande do Sul. Leadership. Negotiate.